

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAGAMENTO SIMBÓLICO NO ATENDIMENTO PSICANALÍTICO DE CRIANÇAS PARA FRANÇOISE DOLTO.

(Some Considerations on Symbolic Payment in Psychoanalytic Appointment of Children in Françoise Dolto)

Desirée Varella Bianeck¹

Shirley Valera Rialto Sesarino²

Resumo: Neste trabalho são apresentadas algumas considerações acerca do conceito de pagamento simbólico no atendimento psicanalítico de crianças na obra de Françoise Dolto. Expõe-se aqui a importância e as especificidades do pagamento simbólico na ética e na técnica de uma psicanálise pós-freudiana, sobretudo no que se refere ao paciente infantil em sua relação ao seu desejo e, conseqüentemente ao desejo do analista, implicando-os em uma não-erotização da situação paciente-analista. Ao longo de sua obra, Françoise Dolto ressaltou a relevância da autorização também ser delegada à criança. Assim, o pagamento simbólico funcionaria como assinatura da criança para sua entrada no processo analítico.

Palavras-chave: pagamento; desejo; psicanálise.

Abstract: In this work are some considerations about the concept of symbolical payment in psychoanalytic appointment of children in the work of Françoise Dolto. It is about the importance and special features of a symbolical payment upon ethics and technique of a post-freudian psychoanalysis, particularly as regards child patient in their relationship to their desire and consequently the desire of analysts, involving them in a non-erotization of the patient-analyst. Throughout her work, Françoise Dolto underscored the relevance of the authorization also be delegated to the child. Thus, the symbolical payment function as signing of the child for its entry in the analysis.

Keywords: payment; desire; psychoanalysis.

1. Introdução

Este trabalho pretende fazer algumas considerações sobre o pagamento simbólico na psicanálise com crianças, segundo Françoise Dolto. Entende-se que a existência do pagamento simbólico é decisiva nesta modalidade de atendimento, pois visa demarcar uma ética constitutiva de todo o processo.

Por pagamento simbólico entende-se o recebimento de algo que represente a aceitação do tratamento psicanalítico e que não possua valor de troca mercantil. Embora esse termo possa ter diferentes perspectivas nas diversas escolas psicanalíticas, utilizar-se-á, neste trabalho, o conceito presente em Françoise Dolto.

2. Importância e Consequência do Pagamento Simbólico

Dolto nas obras aludidas neste trabalho (1988a, 1989a, 1990, 1999), elucidou algumas regras básicas para o atendimento psicanalítico de crianças. Uma das questões mais significativas e constitutivas para o tratamento que defendeu, foi justamente o

pagamento simbólico. A autora aponta que isto se constituiu para ela como regra e necessidade, após muito tempo de trabalho com crianças “rebeldes” (1990, p.65) ou que não aceitavam o tratamento. Questionava-se sobre a natureza desta recusa.

Levei tempo, é claro, para compreender a necessidade do pagamento simbólico. Há apenas 25 anos o instituí: uma pedrinha, um pequeno desenho, por exemplo, é um pagamento. (1989, p.47) (...) Ademais, é com as crianças rebeldes que tive a idéia de instaurar o pagamento simbólico. Será que essas crianças estão dispostas a pagar por isso? Ou será que se trata de uma recusa a se adaptarem aos de sua idade, à linguagem de sua idade? Estas eram, para mim, as perguntas. (1990, p.65).

Tal recusa, fizeram com que Dolto se questionasse sobre a sua função e sobre a autenticidade de um tratamento feito em crianças que eram contrárias a ele. Seu contrato de pagamento simbólico era feito, então, após as entrevistas preliminares, salvo no caso de autistas em que Dolto cobrava desde a primeira sessão, pois considerava estes “mais espertos que nós” (1989, p.47).

A autora formatou as entrevistas de forma a atender primeiro os pais juntos, depois cada um em separado, em seguida cada um com a criança e, após aceitação dos pais e da criança, realizava três sessões apenas com esta, para avaliação da possibilidade de uma psicanálise e da aceitação real do tratamento.

No que me diz respeito, após ter tido ao menos uma entrevista com cada um dos pais separadamente, depois com a criança na presença deles, se avalio que a criança está realmente suscetível de aproveitar um tratamento psicanalítico, decido com ela, diante de seus pais, por uma experiência de três sessões durante as quais a questão de continuar ou não se discutirá entre a criança e eu, e somente se ela se mostrar interessada por este modo de trabalho. (...) Se nestas primeiras sessões, pela observação do seu comportamento e o estudo de seus fantasmas, a criança parece já encaminhada numa situação edípica, estabeleço imediatamente com ela, assim que decide continuar, um contrato de pagamento pessoal simbólico. (1988, p.220-221)

Como se pode apreender da citação acima, Dolto ressalta a importância da decisão estar delegada impreterivelmente à criança e ao seu próprio desejo de continuidade, como sendo motor da relação em que a criança está em primeiro plano.

A autora afirmava (1988) que, antes dos cinco anos, nas três sessões e na continuidade do tratamento, as crianças eram atendidas com a mãe e em alguns casos, mesmo crianças até os sete ou oito anos. Com crianças que ainda não haviam entrado no Édipo, Dolto aguardava este momento para fazer a cobrança no sentido de, nesta etapa decisiva, passar a decisão de continuidade ou não do tratamento à criança, que até então se desenvolvia mediante apenas pagamento dos pais.

Nos casos em que o Édipo já havia se estabelecido, após o aceite de todas as partes – criança, pais e analista – era dito à criança que seria necessário, como prova de seu desejo de ser tratada e de que, caso tivesse como pagar a totalidade do tratamento, ela assim o faria; teria de trazer, a cada sessão, um objeto, podendo ser, no caso desta receber mesada, cinco ou dez centavos, ou não sendo o caso, uma pedrinha, um bilhete de metrô carimbado, uma figurinha adesiva, um seixo ou selo de imitação (pequeno desenho imitando um selo), ou seja, algo que viesse da criança e de ninguém mais e que representasse também se privar do equivalente a um doce ou daquilo que representasse uma unidade.

O dinheiro assume importância na dialética anal, e o pagamento simbólico não é feito por isso: não serve para situar o analisando numa dialética anal, mas para fazê-lo aderir a uma dialética do sujeito, a uma dialética do ser. Para o analisando, trata-se de pagamento simbólico, de provar ao outro, seu psicanalista, como para ele próprio, paciente, que eles dois, analista e paciente,

são dois sujeitos idôneos que têm a comunicar alguma coisa de importante. O psicanalista reconhece, por esse pagamento simbólico, o analisando como um sujeito que espera dele uma escuta analítica (...). É simbólico. No sentido de que a criança mostre que ela deseja tratar-se; e que ela calcule que essa importância equivale a ela se privar de dois ou três caramelos – ou daquilo que representa para a criança uma unidade (...). Ora, o psicanalista não obtém benefício em receber dois francos de uma criança (...). É simbólica para o psicanalista e para a criança: para o analista, não constitui um valor com poder de compra; para a criança, representa o fato de que ela se responsabiliza como sujeito, sabendo inteiramente que ela ainda está a cargo da Segurança social ou de seus pais. (1990, P.70,73)

Como se pode ver, Dolto defendia o caráter simbólico deste pagamento pelo viés do analista, pois não constituía para este – uma moeda ou uma pedrinha – algo com valor de compra ou que aumentasse o orçamento do profissional e com estes pudesse adquirir ou auferir ganhos. Pelo viés da criança, simbolizaria a disponibilidade de responsabilizar-se como sujeito de seu desejo, ainda que sob a guarda de seus pais ou instituição.

Em uma de suas obras principais, Dolto (1990) sublinha que tal pagamento não deve ser analisado, nem deve ser material de interpretação ou de levar a falar. É, como nas análises de adultos: parte do contrato e da mesma forma como um psicanalista não analisa o dinheiro recebido de seu paciente, ainda que contenha inscrições dirigidas a ele, numa psicanálise com crianças, recebe-se o pagamento simbólico sem manifestações interpretativas. Assim sendo, a autora insistia que não fosse utilizado um desenho como pagamento simbólico, pois este traria consigo fantasias, dizeres e comunicações dirigidas ao analista e estes sim, mereceriam interpretações.

Quando alguém paga com notas de dinheiro, nós não analisamos isto, ainda que esteja escrito no dinheiro: ‘Dane-se você’. Nós recebemos essa nota. O valor dela é monetário, nenhum outro valor. Mas um desenho contém material analítico. Se o desenho é dado em pagamento, não cabe analisá-lo. Nesse caso, não há que interpretar aquilo que a criança representou no desenho. Se uma criança observa, a propósito do seixo que trouxe e que serve de pagamento: “Eu escolhi esta pedrinha, a parte, de propósito”, então respondemos: “Muito bem. Mas eu apenas pedi um seixo. Que ele seja preto, isso é assunto seu”. (1990, p.67)

A autora completa que o objetivo principal da proposta de pagamento simbólico é saber se realmente a criança deseja ser ajudada, tendo em vista a sua certeza de que este outro que se dispõe a ajudá-la, é alguém que está a trabalho e recebendo por este.

3. Processos e Caracterização do Pagamento Simbólico para Françoise Dolto

A) Não Erotização

O aspecto da não erotização é constantemente enfatizado por Dolto em sua escolha pelo pagamento simbólico no atendimento a crianças. Refere-se à questão da percepção da construção da relação entre analista e paciente, passando pela percepção da criança deste elemento que se apresenta a ela – o analista – como alguém que pode ser tomado como modelo de homem ou mulher e também capaz de receber em sua figura elementos da relação dela, com suas imagos parentais. Dolto (1989) aponta para as dificuldades que podem surgir no trabalho em decorrência do não pagamento pelo tratamento. Para ela, “a relação que não se paga não é senão uma relação erotizada” (1989, p.44). Muito mais nas relações com crianças na medida em que, as reações destas podem centrar-se na tentativa de dar prazer a um adulto que elas desejem agradecer ou compensar. Os efeitos de melhora não podem constituir resultados de uma sedução.

Relata que na sua prática deparou-se, em vários momentos, com crianças que haviam passado por psicoterapeutas considerados capacitados e analisados e que, após certa melhora dos sintomas devido à transferência, estacionaram e não apresentaram progressos. Na maior parte dos casos, revelou-se uma confusão no entendimento da criança em relação ao papel do psicoterapeuta e de seu próprio papel na terapia. Para elas, tratava-se de um tempo de lazer que passavam junto a um adulto que se interessava por elas ou lhes tinha afeição e do qual ambos fruía prazer. Dolto é extremamente rígida e severa quanto ao resultado disto. Para ela trata-se de uma psicoterapia que não serviu para nada e da qual a lembrança e marcas na criança de seu psicoterapeuta restringem-se a “uma senhora (ou um senhor) que gosta de crianças e onde eu ia desenhar” (1988, p.224). Uma análise não pode ser construída e desenrolar-se sobre uma fantasia de erotização onde a criança e, possivelmente, o analista partilhariam prazer e pulsões agressivas e passivas. Isto para Françoise Dolto caracteriza-se como o contrário do que propõe um projeto de análise, definido por ela como o encontro com o sentido do desejo.

A cura psicanalítica traz à luz as motivações inconscientes: se, devido ao que se passa no seu Inconsciente, um ser humano sofre, é falando seu sofrimento que ele vai sair de sua dificuldade. A palavra esta é a descoberta da psicanálise; a palavra como mediadora de tudo que se passa em nós de doloroso, a partir do momento em que ela pode ser dita e escutada, falada e assumida. Vai-se ao psicanalista para falar, e, quando se sai, está-se parcialmente liberado de si mesmo. O psicanalista não dirige nenhuma ação, ele escuta o sofrimento. Ele limita-se a escutar alguém que quer comunicar-se com ele. O analisando encontra seu próprio caminho a partir do momento em que encontra o sentido de sua própria história, o sentido dos seus desejos. (1988, p. 10).

Desta forma, o desejo do paciente deve estar em foco para o analista; a transferência deve ser analisada desde o início e o analista não deve se posicionar como alguém que trabalha por amor à criança. Sua posição deve ser a de proporcionar a esta, a castração da tentativa de organizar suas relações pelo viés da transferência, no sentido de deslocar suas imagens parentais às outras pessoas de seu convívio, especialmente na análise. Assim, é preciso que a criança renuncie a projetar suas fantasias do tipo “eu considero você o meu pai, meu tio ou minha tia” (1990, p.2), o que Dolto denomina parentesco pseudo-incestuoso, para tornar-se autônoma e responsável pelo mundo que a rodeia. Os pais continuam sendo modelos de homem e mulher sobre os quais a criança construirá sua posição diante de homens e mulheres. O analista não deve ser substituto de ninguém sob pena de ver seu trabalho submergir. A transferência não é um elemento negado por Dolto; ao contrário, é trazido em primeiro plano.

Quando se prepara uma criança para ir consultar um terapeuta como se este fosse “um amigo”, é como se dissesse à criança: “Você vai dar uma ajuda para que sua mãe traia seu pai”. É exatamente isto que se lhe dá a entender, pois essa pessoa, o terapeuta, supostamente compreende melhor, aconselha melhor a mãe do que o próprio marido. Ou, na maior parte dos casos, o pai está inteiramente de acordo em que alguém, homem ou mulher, se encarregue de modificar o comportamento de seu filho, desde que ele, pai, não tenha de se meter nisso, desde que ele permaneça ignorando o que irá se passar, mesmo ao preço dessa traição moral e de seu abandono do posto paterno (...). O que é importante é que não sejamos ambíguos. Nós não somos para a criança “uma senhora ou um senhor simpático com quem você vai brincar”. Nós não atendemos uma criança na condição de médico, psicólogo, reeducador, ainda que tenhamos o respectivo título, mas, sim, na condição de psicanalista que assume a responsabilidade por uma relação terapêutica (...). (1990, p.5)

Aqui, Dolto mostra o que pode estar implícito numa procura de ajuda profissional, onde a não solicitação de pagamento simbólico implicaria numa aceitação de compactuar com tais desvirtuamentos das posições dos pais. Ela enfatiza que é de extrema importância que o analista não seja ambíguo na sua função; que este saiba de seus limites, de sua própria castração, de seu papel e que oriente seu trabalho tendo por base a criança, como sujeito desejante.

B) O Desejo

Françoise Dolto (1990) enlaça a questão do pagamento simbólico ao desejo e à liberdade, como a possibilidade de humanização que o analista dá à criança, que talvez lhe tenha sido negada e que já faz parte da intervenção psicanalítica no atendimento.

É o sentimento de sua liberdade que, desse modo, é proporcionado a um ser humano – enfim, esta é uma idéia que é minha. Algumas pessoas talvez pensem que tomam em análise um objeto desprovido de liberdade; é que, por não conseguirem experimentar eles próprios a certeza, são incapazes de dar aos outros o sentimento de liberdade. Eu não sei qual é a margem de liberdade que me resta na existência – ninguém de nós sabe –, mas, se eu não tivesse o sentimento de ser livre, creio que não me sentiria um ser humano. (1990, p. 680).

A autora realça que seu entendimento de humanidade se articula com a vivacidade do desejo e a liberdade fundamental para o exercício deste desejo. Segundo ela, o pagamento simbólico tem esta função e possibilita saber se a criança – humana, sujeito, não objeto do analista – tem desejo de ser tratada e se sofre com o que os outros apontam como um problema.

A gente só estabelece o contrato do pagamento simbólico para ter certeza do desejo da criança: não o desejo de vir a consulta, mas o desejo de ser tratado, ajudado, sabendo que nós somos pagos realmente por aquilo que fazemos. (1990, p. 46).

Dolto (1988, p. 200) discute a situação em que a criança é contrária ao atendimento desde o início. Diz que, a única forma de saber se isto é uma transferência para o analista de uma oposição aos pais, ou um desejo de permanecer em seu sofrimento, é a proposta do pagamento simbólico, ou seja, ela pode negar-se a pagar e, desta forma, dar a entender que não sofre ou quer manter as coisas como estão; ou pagar para compreender-se, ainda que seja pagar para manifestar sua atitude opositiva. Segundo ela, o resultado disto é uma modificação da atitude negativa da criança para com os pais. Da mesma forma, Dolto (1988, p. 222) afirma que o desejo de ser tratada, não deve ser confundido com “estar numa boa” (1988, p. 222) com o analista; o fato de pagar afirma seu desejo de empreender um tratamento, ainda que a criança diga aos seus pais o quanto é desagradável fazê-lo.

Relata que muitas crianças são submetidas a tratamentos psicanalíticos ou psicoterápicos, sem que ao menos tenham noção do motivo, ou seja, desconhecem que provocam sofrimento em alguém ou tampouco sofrem com isto.

Mas absolutamente não tinham vivido estes meses e estes anos de tratamento como um trabalho desejado por elas (e pago por seus pais), em vista da elucidação daquilo que as impedia de se tornarem seres desejantes em seu próprio nome. A maior parte delas absolutamente não tinha consciência de serem crianças perturbadas; não tinham desejado ajuda com o fim de saírem de dificuldades que ignoravam. (1988, p.219)

Dolto defende que é preciso atender àqueles que sofrem e querem livrar-se deste sofrimento, não cabendo ao analista definir o que é normal ou patológico. Deve se perguntar quem sofre neste caso: os pais, a família, a escola? A resposta a esta pergunta dará o rumo do trabalho, pois que também a liberdade para permanecer no sofrimento

deve ser respeitada e resguardada pelo psicanalista. Para a autora (1990, p.65), da mesma forma que não se atende um adulto que não deseja um tratamento psicanalítico, à criança também deve ser dada possibilidade de negar-se a tal procedimento.

A recusa da criança quanto ao pagamento simbólico significa: “Não quero ser tratado pela senhora. Eu quero, sim, me encontrar com a senhora, para eu ter prazer e, talvez para a senhora também ter prazer”. Compete a nós, então, fazer a criança compreender que gostamos dela, mas estamos aí para executar um trabalho. Devemos explicar à criança que os pais dela – ou pessoas da instituição que nos encaminharam essa criança – pagaram três sessões para dizer os motivos pelos quais a criança, de acordo com os pais, tem necessidade de uma psicoterapia. E explicar-lhe que ela, a criança, é livre para permanecer com essas dificuldades; se, para a criança, não há problemas, então é às demais pessoas somente que essas dificuldades aparecem como tais. Nós somente estamos a serviço da pessoa que nos solicita, da pessoa que sofre e que tem alguma coisa a dizer. Quando compreende realmente as coisas dessa maneira, é surpreendente ver como o pagamento simbólico se torna uma alavanca do sentimento de liberdade, permitindo à criança trabalhar para si própria, graças à ajuda de alguém, ou recusar-se a esse trabalho. (1990, p.63)

A autora acredita que o pagamento simbólico possibilita, ao mesmo tempo, a liberdade de recusa do tratamento ou sua aceitação com responsabilidade e respeito à criança como sujeito desejante. No primeiro caso, a orientação do analista é elevar este desejo tornando-o digno e tão importante quanto o pedido dos pais por tratamento e retornar a estes esta palavra de recusa. Ao tomar o não da criança como de um sujeito capaz de tomar decisões, escolher por si próprio, o psicanalista põe a criança numa tal posição que talvez antes não ocupasse na relação com os pais e que fosse o motivo do sofrimento.

Se a criança esquece o pagamento várias vezes, dizemos-lhe: É que você não deseja mais vir à sessão. Certo. E eu deverei fazer agora com que sua mãe e seu pai compreendam que são eles que estão preocupados. Eles virão, porque eles estão preocupados com você. Mas você não está preocupado consigo mesmo. Isto se constitui sempre numa medida compensadora, no sentido de que já pode ajudar os pais a reconhecerem a liberdade do filho. É um primeiro passo na educação de um ser que deseja viver e desenvolver-se. Se os pais desejam que uma criança que quer se desenvolver permaneça no desejo deles, então eles vão contra o desejo do sujeito existente na criança. É, então, o caso de dizer-lhes: “Sim, compreendo que vocês estão preocupados; isso não está de acordo com a norma das crianças; mas o importante é, acima de tudo, que a criança se aperceba por si mesma de que ela está em dificuldade. Atualmente, a criança não tem consciência disso. São vocês que sofrem. A criança não sofre de maneira nenhuma”. (1990, p.64)

Dolto (1988, p. 222) esclarece a possibilidade de que nesta recusa, a criança mostre que realmente não tem necessidade de um tratamento, mas sim seus pais, que por meio dela, começam a falar de seus próprios sofrimentos – adultos ou infantis – e de como se sentem em relação a esta criança que, pouco a pouco, não apresenta mais os sintomas que originaram a busca pelo psicanalista.

Na perspectiva doltoniana (1988, p.224), “os pais têm de realizar seu próprio desejo na sua verdade, tanto quanto a criança”. A forma como o analista retorna esta questão aos pais, pode possibilitar que comecem a questionar-se sobre o que a criança representa para eles, que lugar ocupa em seu desejo e como lidam com suas próprias questões.

C) A Análise

A questão do pagamento simbólico não é apenas importante nas entrevistas preliminares, na decisão de começar ou não uma psicanálise. Para Dolto (1988) o pagamento simbólico deve continuar a fazer parte das atenções do psicanalista no decorrer da análise, na medida em que pode indicar dificuldades da criança.

Pode acontecer que esta moeda ou este desenho que devia ter sido preparado tenha sido esquecido. No caso em que a criança tenha esquecido pela primeira vez e se mostre desolada por não ter a sessão, nesta primeira vez aceite; mas assim mesmo digo que, na próxima, deverá trazer duas vezes o pagamento combinado, e respondo novamente a sua pergunta: “Por que é preciso que eu traga alguma coisa?”, explicando-lhe que o exijo como prova de seu desejo totalmente livre de vir. No segundo esquecimento ainda respeito este ato falho, pois que todo ato falho é uma manifestação positiva do inconsciente, e interpreto para a criança com toda a amenidade. Dentro de uma relação social totalmente positiva em relação a sua pessoa, que uma parte dela ainda não está perfeitamente de acordo em se responsabilizar, e paramos a sessão desta forma. Isto, que parece nada, contribui, entretanto, para fazer a criança perceber a diferença entre o que ela vem fazer por si mesma e para si, na analista, e suas relações com todos os outros adultos que seus pais pagam para se ocupar dela, sem que ela tenha direito de dar sua opinião. (1988, p. 223).

A autora reforça a importância de perceber e receber a criança como sujeito, tal qual um adulto em análise e, como tal, capaz de remeter mensagens por meio das manifestações do inconsciente. Da mesma forma, sente angústia por entrar em contato com o material inconsciente que é trabalhado na análise ou que começa a emergir em função desta. O trabalho do analista, neste momento, é objetivar por meio da palavra, a angústia expressa pela criança e apaziguá-la quanto a isto.

Sempre faço notar a criança que ela não me trouxe o pagamento. Depois faço-lhe uma segunda pergunta: Será que desejava vir? – Não, eu não queria – Está bem, você tinha motivo para dizer isto. Talvez a sua mãe não tenha compreendido que sua recusa é a sério. Mas, talvez ela tenha tido razão de trazer você; pois hoje você não queria ter sessão, mas talvez desejasse voltar numa outra ocasião (...) As crianças, assim como os adultos, sentem-se realmente angustiadas em face do retorno do reprimido, da mesma forma que se sentem angustiadas diante da importância das emoções transferenciais. O não-desejo de uma sessão deve ser analisado; a resistência deve ser expressa. Se a criança está angustiada, podemos dizer-lhe: “A última vez que tivemos sessão talvez tenha sido desagradável. Talvez você não tivesse tido pesadelos antes de começar a se tratar comigo, e passou a ter pesadelos depois”. Você pensa: “É desagradável vir à consulta com essa doutora”. E você tem razão. (1990, p.64)

Para Françoise Dolto, deve-se ter sempre uma atitude positiva para com a criança, seja na manifestação de sua angústia, de suas pulsões agressivas e passivas ou no não-pagamento contratado no início. Deve-se mostrar à criança que, naquele momento, ela talvez quisesse estar ali por outro motivo que não fosse compreender-se ou saber mais de si. Dolto usa a expressão “vir com uma máscara” (1989, p. 44), como se a criança não trouxesse seu pagamento, para vir escondida de si própria e do analista, ou seja, é preciso valorizar e manifestar a relação que esta tem com seu próprio desejo.

É muito importante que no dia em que ela não trouxe o seu pagamento simbólico, chamem a atenção da criança dizendo-lhe: “Eu estou disposto a te receber, mas tu vens com uma máscara. Tu não vens como cliente, tu vens por outra coisa; senão tu me pagarias com o teu papel. Então, eu não te verei hoje. Mas está tudo bem” (1989, p. 44). Assim a criança sabe que, se não traz a prova de seu desejo de uma sessão de trabalho, o analista o interpreta como “não – desejo” e a respeita na sua recusa deliberada. (1988, p.221)

Em função disto, a criança mesma começa a perceber quando está numa atitude negativa, começa a ter uma percepção maior de si mesma e sente a liberdade de poder manifestar sua agressividade. Sabe que pagou para dizer o que quisesse, que não será tolhida nas suas palavras e isto, segundo a autora, pode libertar a criança das repressões anais que a sufocam (1990, p.66). Além disto, as observações feitas por Dolto a partir do pagamento simbólico, referem-se à transferência e sua manifestação. Segundo ela, quanto mais a criança tem necessidade de expressar-se de forma agressiva, mais tem o cuidado de trazer seu pagamento. A autora destaca:

É interessante constatar que quanto mais a criança tem necessidade de exprimir sua transferência de modo negativo sobre a pessoa da analista, mais se preocupa em trazer este pagamento simbólico, que, durante a sessão, acompanha-se de verbalizações muito agressivas e, às vezes, de um comportamento mudo ou totalmente negativo, virada de costas para a pessoa do analista. Observa-se, também, que, quando a transferência de início ambivalente, torna-se positiva, a criança sofre por ter que dar este pagamento simbólico, pois gostaria de ser amada por si mesma, sem este pagamento. (1988, p.223).

Desta forma, Françoise Dolto mostra que o contrato de pagamento simbólico esclarece questões que, sem ele, talvez ficassem obscuras. Por meio dele, é possível saber qual a viabilidade do início de uma psicanálise, a validade desta segundo uma ética do desejo e orientar-se quanto aos caminhos trilhados pela criança, na sua busca por si mesma. Princípios estes, que garantem também ao analista, ocupar seu lugar com responsabilidade ética e, assim, autorizado pela liberdade garantida ao analisante, sustentar sua escuta com toda a vivacidade que esta posição implica.

Notas

1. Psicóloga pela UFPR, Especialista em Psicologia Clínica: Abordagem Psicanalítica pela PUCPR, Mestranda em Filosofia pela PUCPR e Psicanalista. E-mail: desireebianeck@yahoo.com.br
2. Psicóloga pela PUCPR, Mestre em História pela UFPR, Professora no Curso de Psicologia na PUCPR e em cursos de pós-graduação. Psicanalista. E-mail: shirley.sesarino@pucpr.br

Referências Bibliográficas:

- AUBRY, J. et al. (1989). *Seguindo os passos de Françoise Dolto*. Campinas, SP: Papyrus.
- DOLTO, F. (1988a). *Dificuldade de viver: psicanálise e prevenção de neuroses*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- _____. (1988b). *Psicanálise e pediatria*. 4^a.Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- _____. (1989a). *Dialogando sobre crianças e adolescentes*. Campinas, SP: Papyrus.
- _____. (1989b). *Sexualidade feminina*. 2^a Ed. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1990a). *Seminário de Psicanálise de crianças 2*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- _____. (1990b). *Auto - retrato de uma psicanalista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1990c). *A causa dos adolescentes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- _____. (1996). *No jogo do desejo*. Ensaios clínicos. 2^a. Edição. São Paulo: Ática.
- _____. (1999). *Tudo é linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2004). *A imagem inconsciente do corpo*. São Paulo: Perspectiva.
- _____. (2006). *Os caminhos da educação*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2007). *As etapas decisivas da infância*. São Paulo: Martins Fontes.
- LEDOUX, M. H. (1990). *Introdução à obra de Françoise Dolto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

NASIO, J.-D. (1995). *Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Recebido em 27/03/2011.
Aprovado em 19/06/2011.